



Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07

Relatório de Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1 **Aos Acionistas:** Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Neste exercício, a ViaQuatro continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2 Apresentação:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. **1.3 Destaques do Ano de 2016:** **Destaques Financeiros:** Foi comunicado ao mercado em geral que o acionista da Companhia, em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 2016, e o Conselho de Administração da Companhia, aprovaram duas emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com garantia adicional fidejussória. Em abril de 2016 foi realizada a 1ª Emissão com valor de R\$165 MM e em outubro a 2ª Emissão com valor de R\$70 MM. A emissão das Debêntures foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures. Os recursos líquidos captados por meio das emissões serão destinados à realização, de investimentos relacionados à implantação da Fase II. **Dividendos:** Em 2016 foram pagos aos Acionistas R\$ 101 MM em Dividendos e JCP. **Destaques Operacionais:** Em 28 de outubro de 2016 a ViaQuatro obteve a recertificação da ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão de Qualidade e Manutenção), em cumprimento ao item 3.20 do anexo VIII do CONTRATO DE CONCESSÃO. **Trem 415** - Em 03 de setembro de 2016, começou a circular o 15º trem da Linha 4-Amarela de metrô de São Paulo. A nova composição, de número 415, Esse novo equipamento integra o lote de 15 novos trens adquiridos pela concessionária ViaQuatro, que deve ser totalmente recebido no início do mês de fevereiro de 2017. Estes novos trens circularão em rodízio com a atual frota. A compra faz parte dos investimentos da concessionária, previstos no contrato de concessão assinado com o Governo do Estado de São Paulo. Cada trem tem capacidade para transportar 1.500 passageiros. Todos são fabricados na Coreia do Sul pelo consórcio Siemens/Hyundai Rotem. Tanto os 14 que estão em operação desde 2010 como os 15 novos possuem a tecnologia driverless, ou seja, totalmente automática. As características também são idênticas: passageiro livre entre carros, sistema de ar condicionado, câmeras de monitoramento, baixo nível de ruído e monitores de TV. **Energia - Mercado Livre** - No início de 2016, a ViaQuatro prospectou o mercado de energia visando a possível migração do mercado cativo para o mercado livre. Com o apoio de uma empresa de consultoria especializada, recebemos propostas de fornecimento de grandes comercializadoras. Ainda com o apoio da consultoria, foi comprovada a vantagem econômica desta migração, com uma perspectiva de economia de 23 milhões de reais até dezembro de 2020. Foram fechados contratos com as empresas EDP e CPFL, em março de 2017 será migrada a alimentação da Subestação Primária Vital Brasil, responsável por pouco mais da metade do nosso consumo e em agosto de 2017 serão migrados os 3 demais pontos. **Implantação de monitores nas plataformas** - Em 2016 os clientes da Linha 4-Amarela passaram a saber exatamente quando embarcar no próximo trem. A ViaQuatro, colocou em funcionamento uma nova ferramenta tecnológica que passou a informar nos monitores das plataformas quantos segundos faltam para o próximo trem chegar às estações intermediárias (Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Paulista e República). No caso das estações terminais, Butantã e Luz, o sistema informa o tempo de partida dos trens. A ViaQuatro é pioneira, e até hoje, a única operadora no Brasil a lançar esse serviço. A previsão do horário de chegada somente é possível graças ao moderno sistema de sinalização automática (CBTC) utilizado pela ViaQuatro. Em algumas linhas de metrô do mundo com sistemas automáticos semelhantes ao da Linha 4-Amarela esse tipo de serviço também foi adotado. A contagem regressiva é baseada no intervalo real entre os trens na Linha 4-Amarela, que nos horários de pico é de 2,5 minutos. O cronômetro zera quando o trem entra na plataforma e o monitor passa a exibir os vídeos educativos produzidos pela

ViaQuatro e o status da operação de todas as linhas do Metrô e da CPIM. A contagem recomeça quando o trem parte. Nas sete estações estão instalados oito monitores em cada plataforma. Além do cronômetro os passageiros também conseguem saber através dos monitores, em qual carro do trem há mais espaço para viajar. O serviço, inédito em metrô no mundo, é possível graças a um software que monitora o peso dos carros do trem e gera as informações de carregamento em tempo real nos monitores. O monitor exibe o desenho do trem da ViaQuatro com seus seis carros. Por meio de um sistema de sinalização de cores, semelhante as de um sinal de trânsito, o passageiro poderá identificar o nível de ocupação dos carros: verde para baixo nível de lotação, amarela para médio e vermelho para nível mais alto de lotação. Para orientar o passageiro a localizar o carro mais vazio, as portas de plataforma estarão identificadas por cores e números. A ferramenta inédita foi inicialmente desenvolvida pelos colaboradores da ViaQuatro. **2. Estratégia e Gestão:** **2.1 Governança Corporativa:** A ViaQuatro possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **2.2 Gestão de pessoas:** A ViaQuatro acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. A ViaQuatro investiu R\$1.253 mil no ano de 2016 na capacitação dos seus colaboradores. Desenvolveu o Centro de Treinamento "Saber +", idealizado para disseminar aos mais de 900 colaboradores da ViaQuatro o conhecimento adquirido pela concessionária nesses quase 10 anos de concessão da Linha 4-Amarela de metrô. Com foco em garantir a disseminação e a perpetuidade dos conhecimentos críticos dos processos relacionados à operação e à manutenção da linha, dos trens e de todos os meios técnicos que compõem a atividade ferroviária. A proposta é garantir com o conteúdo acadêmico a perpetuação dos mais altos níveis de qualidade na prestação do serviço público de transporte sobre trilhos - Parceria Pública-Privada. Com apoio de uma equipe multidisciplinar dedicada com capacitors, instrutores e designers gráficos para a estruturação da grade curricular e elaboração de material de apoio, o Saber + tem mapeado uma oferta de 372 cursos para capacitação sendo que, em três meses de atuação já foram preparados 72 cursos. Além da capacitação técnica, o Saber + aplicará cursos comportamentais, como Inteligência Emocional e Administração de conflitos e Atendimento ao Cliente. Com programação dinâmica, o conteúdo é adaptado para atividade teórica, interativa e prática. O ensino é ministrado em salas de treinamento, laboratório para aulas de mecânica, elétrica e eletrônica. O conteúdo teórico também é intensificado com apoio de uma biblioteca, que possui um acervo bibliográfico para aprimorar o conhecimento. Um principal diferencial e suporte para a capacitação prática dos colaboradores é o simulador de trens, primeiro do mundo desenvolvido para uma linha driverless. O equipamento faz parte do investimento permanente da concessionária em inovação e tecnologia para a melhoria constante da prestação de serviço com qualidade e atendimento de excelência aos passageiros do sistema ferroviário. O simulador é inovador por reproduzir com fidelidade os comandos do trem e o ambiente da Linha 4-Amarela, que permite aos colaboradores simularem operações manuais em caso de eventuais anormalidades no sistema automático. O simulador soluciona o desafio de treinar a equipe sistematicamente com a operação. Como o trem apresenta índice reduzido de falhas na operação, as situações de operação manual são raras, o que dificulta a aperfeiçoamento do aprendizado na prática. Por isso, a grande utilidade do simulador, que apoiará a capacitação em ambiente idêntico ao real, mas sem interferir na operação ou nos horários programados para manutenção. **Pesquisa de Satisfação** - A qualidade do serviço prestado pela ViaQuatro foi comprovada pela Pesquisa de Satisfação, realizada em outubro de 2016. O levantamento apontou 93,2% no ISU - Índice de Satisfação do Usuário. Além do bom atendimento dos colaboradores, a pesquisa ressaltou que as inovações tecnológicas impactaram positivamente a percepção de melhorias, especialmente nas estações de integração.

3. Desempenho Econômico-Financeiro: Receitas (em milhares de Reais)

	2016	2015
Receita tarifária	415.655	376.567
Receita de contrato de construção	558.710	31.902
Receita acessórias	32.426	28.645
Receita da contraprestação pecuniária	9.249	15.779
Receita de remuneração dos ativos - concessão	915	4.955
Outras receitas	198	184
O reajuste das tarifas é feito pela variação do IGP-M (50%) e do IPC (50 %) em fevereiro de cada ano. Em 2016 o reajuste foi de 10,87%.		

4. Riscos de Mercado: A exposição da ViaQuatro a taxas de juros flutuantes, está principalmente relacionada a variações de: Risco de taxa de juros: • CDI, relativo a operações de *Hedge* locais em reais; • *Libor* relativo a financiamentos em dólar; • A taxa de juros nas aplicações que realizamos é o CDI. Risco de taxa de câmbio: • Dólar, relativo aos investimentos da Fase II e do saldo remanescente da Fase I; • Dólar, relativo ao financiamento com Banco Interamericano de Desenvolvimento; • Euro, relativo aos investimentos da Fase II e do saldo remanescente da Fase I, por retenções de "eventos de pagamentos - milstones". Para minimizar os riscos cambiais, a ViaQuatro realiza a contratação de *hedge* para a proteção de seu endividamento em moeda estrangeira, relativo ao financiamento, cobrindo os próximos dois anos do serviço da dívida e os investimentos da Fase II.

5. Política Ambiental: O compromisso com a sustentabilidade está baseado na triple econômico, ambiental e social. O objetivo da ViaQuatro é desenvolver o negócio preservando o meio ambiente e a qualidade de vida da população de São Paulo. Em atendimento às legislações vigentes aplicáveis, a ViaQuatro elaborou o "Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos" que estabelece os procedimentos para controle e monitoramento dos resíduos gerados nas atividades, com o objetivo de assegurar que os resíduos são gerenciados de forma apropriada e segura, desde a geração até a destinação final. As ações de Educação Ambiental e de Sustentabilidade, promovidas pela ViaQuatro, visam garantir maior conscientização dos colaboradores com as questões ambientais decorrentes das atividades de operação, principalmente com relação à necessidade de racionalização do consumo de recursos naturais. Em 2015, a partir da necessidade em obter um consumo consciente de energia elétrica, foi criado o Comitê de Sustentabilidade Energética da ViaQuatro com a missão de mapear ações de redução de consumo de energia, balizadas na sustentabilidade e com efeitos benéficos ao meio ambiente, sem impacto na qualidade do serviço prestado. O projeto "Uso racional e sustentável de energia elétrica das estações e túnel da Linha 4-Amarela" garantiu redução significativa de cerca de 1,7 milhão de kWh no período de junho a dezembro de 2015. Do ponto de vista sustentável, o resultado trouxe benefícios ao meio ambiente ao deixar de emitir 625,43 toneladas de CO₂ na atmosfera, equivalente à preservação de 4.137 árvores. Em continuidade ao projeto a ViaQuatro reduziu em 2016 a quantidade de 982,2 mil kWh, ou seja 359,22 toneladas de CO₂ na atmosfera, preservando e equivalente a 2.375 exemplares arbóreas. Redução do consumo de energia de 3,63% em comparação ao ano de 2015, sem perda de qualidade do serviço prestado.

6. Adesões: A ViaQuatro agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

7. Considerações finais: As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. São Paulo, 16 de fevereiro de 2017.

A Administração.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Nota	2016		Nota	2015	
		2016	2015		2016	2015
Ativo						
Circulante						
Caixas e equivalentes de caixa	6	157.815	153.288	12	130.570	156.163
Contas a receber	7	6.102	16.200	13	255.004	-
Contas a receber - partes relacionadas	9	65	15	14	135.670	18.105
Impostos a recuperar		13.047	32.327	9	599	518
Despesas antecipadas		3.222	1.940		4.082	2.541
Contas a receber - operações com derivativos	19	-	227.379		18.416	18.500
Adiantamento a fornecedores		1.030	1.397		-	10.797
Estoques		32.957	27.302		-	8.315
Outros créditos		291	454		50.806	-
Total do ativo circulante		214.529	460.302	19	4.388	4.720
					599.535	219.659
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber - operações com derivativos	19	368	22.080	12	376.182	599.978
Impostos a recuperar		7.083	-	8b	27.701	93.055
Depósitos judiciais		82	1.408	15	525	18
Outros créditos		-	83	19	24.401	-
		7.533	23.571		5.341	6.444
					434.150	699.495
Imobilizado	10	17.852	21.925	16a	140.385	140.385
Intangível	11	1.046.725	717.921		122.833	40.352
Total do ativo não circulante		1.072.110	763.417		(10.264)	123.828
					252.954	304.565
Total do ativo		1.286.639	1.223.719		1.286.639	1.223.719
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Passivo						
Circulante						
Financiamentos	12	130.570	156.163	12	130.570	156.163
Debêntures	13	255.004	-	13	255.004	-
Fornecedores	14	135.670	18.105	14	135.670	18.105
Fornecedores - partes relacionadas	9	599	518	9	599	518
Impostos e contribuições a recolher		4.082	2.541		4.082	2.541
Obrigações sociais e trabalhistas		18.416	18.500		18.416	18.500
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	10.797		-	10.797
Receita diferida		-	8.315		-	8.315
Contas a pagar - operações com derivativos	19	50.806	-	19	50.806	-
Outras contas a pagar		4.388	4.720		4.388	4.720
Total do passivo circulante		599.535	219.659		599.535	219.659
Não circulante						
Financiamentos	12	376.182	599.978	12	376.182	599.978
Impostos diferidos	8b	27.701	93.055	8b	27.701	93.055
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	525	18	15	525	18
Contas a pagar - operações com derivativos	19	24.401	-	19	24.401	-
Outras contas a pagar		5.341	6.444		5.341	6.444
Total do passivo não circulante		434.150	699.495		434.150	699.495
Patrimônio líquido						
Capital social	16a	140.385	140.385	16a	140.385	140.385
Reservas de lucro		122.833	40.352		122.833	40.352
Ajuste avaliação patrimonial		(10.264)	123.828		(10.264)	123.828
Total do patrimônio líquido		252.954	304.565		252.954	304.565
Total do passivo e patrimônio líquido		1.286.639	1.223.719		1.286.639	1.223.719

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social						Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Total
		Subscrito		Integralizado		Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total		
		2016	2015	2016	2015						
Saldos em 1º de janeiro de 2015		149.607	(9.222)	5.077	72.358	-	7.223	28.561	246.381		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	7.223	7.223		
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	95.267	95.267		
Destinações:											
Reserva legal		-	-	361	-	(361)	-	-	-		
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(5.802)	(6.862)	-	(12.664)	-		
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de outubro de 2015		-	-	-	(31.642)	-	-	(31.642)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		149.607	(9.222)	5.438	34.914	-	173.343	123.828	304.565		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	173.343	(134.092)	173.343		
Ajustes de avaliação patrimonial	16g	-	-	-	-	-	-	(134.092)	(134.092)		
Destinações:											
Reserva legal	16b	-	-	8.668	-	(8.668)	-	-	-		
Reserva de retenção de lucros	16c	-	-	-	80.675	(80.675)	-	-	-		
Distribuições de dividendos adicionais em 20 de abril de 2016	16d	-	-	-	(6.862)	-	-	(6.862)	-		
Distribuição de dividendos intermediários em 25 de outubro de 2016	16d	-	-	-	-	(84.000)	-	(84.000)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2016		149.607	(9.222)	14.106	108.727	-	(10.264)	252.954	304.565		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: **a) Constituição e objeto:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia"), com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 km na Fase I, totalizando 12,8 km na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O prazo de vigência do contrato é de 32 anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada até o máximo de 35 anos, assegurando o prazo de exploração da operação de 30 anos, contados a partir do início da operação da Fase I. A Concessionária poderá explorar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006, ocorrendo o 1º aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2º aditamento em 29 de maio de 2008, o 3º aditamento em 18 de junho de 2010, o 4º aditamento em 25 de março de 2011 e o 5º aditamento em 26 de março de 2014. O plano original de operações foi dividido em três fases: **• Fase I** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o páteo de manutenção de Vila Sônia. A Fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, em 21 de junho de 2010. **• Fase II** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas, sendo Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz até o 1º trimestre de 2018. Em 15 de novembro de 2014 foi inaugurada a estação Fradique Coutinho dando início à operação da Fase II. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. **• Fase III** - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão. **• MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 2 de março de 2010, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do Contrato de Fomento datado do dia 7 de agosto de 2008 de forma a contemplar o subfaseamento da Fase I em 3 fases distintas, conforme segue: (a) Subfase 1.1 - estações Faria Lima e Paulista; (b) Subfase 1.2 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã e Pinheiros; e (c) Subfase 1.3 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã, Pinheiros, República e Luz. Como consequência dos trabalhos adicionais a serem executados, tal memorando de entendimento previu um acréscimo no valor global do Contrato de Fomento de aproximadamente US\$ 40 milhões, a serem pagos conforme cumprimento das obrigações contratuais. **• 5º Aditamento ao contrato de concessão** - assinado em 26 de março de 2014, o referido ato menciona as eventuais datas para disponibilização, pelo Poder Concedente da infraestrutura, para início da operação comercial com as 11 estações e frota de 29 trens, passa a ser 26 de março de 2018, estabelecendo ainda que a concessionária poderá por sua conta e risco antecipar parcialmente a entrada das estações referentes a Fase II. **• MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 29 de julho de 2014, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do Contrato de Fabricação e Fomento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a mitigar os impactos adversos do atraso da entrega da Infraestrutura da Fase II sob responsabilidade do Poder Concedente. Dessa forma, após uma intensa análise a melhor alternativa passou a ser a suspensão parcial e a desmobilização provisória de recursos e equipes. A suspensão parcial e temporária se inicia em 19 de janeiro de 2016 por um período de 12 meses, sendo possível sua prorrogação até 19 julho de 2017. Ressaltamos que o Contrato de Fabricação e Fomento com seus termos e condições permanecerá inalterado e em pleno vigor obedecendo apenas a essas ressalvas. **b) Outras informações relevantes:** (i) **Processo nº 0107038-05.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.107038-4 - 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo):** Trata-se de Ação Popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 053.06.107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item "i" acima). **2. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos na demonstração de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente. **b) Ajuste do resultado:** Os resultados das operações são ajustados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **c) Receitas de serviços:** A receita operacional é reconhecida quando da utilização do passageiro nas estações da Linha 4 Amarela do Estado de São Paulo. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: Segundo a ICPQ 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou

melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. No recebimento da contraprestação, caso os marcos contratuais sejam atendidos, mas os critérios para reconhecimento de receita ainda não, tais valores serão reconhecidos como receita diferida. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **d) Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são

continuação

Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 11. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "i). **Redução ao valor recuperável de ativos (impairment).** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado e calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa não estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impairad*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chave consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade do PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não exista. Uma perda de valor é revertida caso haja uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **k) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposição dos ajustes a valor presente sobre provisão e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **l) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **m) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência não são reconhecidas como benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **n) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **o) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuído aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **p) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPIC 01 (RI):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interrelação Técnica ICPIC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse dessas bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. No termo dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interrelação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o custo de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroriária, tendo sido adotada a curva estimada de passagens como base para a amortização. **q) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia, nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a)
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o arrendatário seja considerado o dono. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b)

a) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e b) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. **Novos Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2016:** Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário. Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 - Combinações de Negócios. Alteração da IAS 16 - Imobilização e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicado a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Em 16 de fevereiro de 2017 foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 2q - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPIC 01 (RI) 7 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa 8b - Impostos diferidos 10 - Depreciação do ativo imobilizado 11 - Amortização dos ativos intangíveis 15 - Provisão para riscos civis, trabalhistas e previdenciários 19 - Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos, resumem-se a contratos de *swaps* de moeda, de taxa de juros, NDF (*non deliverable forward*) e opções de compra de Libor, que visam a proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de *swap* de juros e/ou de moeda e NDF: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se ao fluxo de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&F e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Opções de compra de Libor com *teto (cap)*: O valor justo das opções de compra e cálculo utilizando-se o modelo de Black Scholes para precificação de opções cambiais.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras: **a) Risco de crédito:** Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeiras e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos e junto ao Poder Concedente. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da London Interbank Offered Rate (Libor). As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12, 13 e 19. As tarifas de metrô são atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previsto em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano				Entre 1 e 2 anos				Entre 2 e 3 anos				Entre 3 e 4 anos				Acima de 4 anos	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	
Financiamentos (a)	132.508	-	-	-	132.508	125.766	-	-	-	125.766	95.090	-	-	-	95.090	32.208	-	
Debêntures (a)	255.466	-	-	-	255.466	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
(a) Valores brutos dos custos de transação: Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 385.006, substancialmente composto por financiamento e debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 12 e 13. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia, está permanentemente reestruturando suas dívidas.																		

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	2016	2015
Caixa e bancos	3.003	2.923
Aplicações financeiras	-	-
Fundos de investimentos	154.812	150.365
	157.815	153.288

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 96,85% do CDI, equivalente a 13,47% ao ano (12,96% ao ano, em média em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	2016	2015
Circulante		
Publicidade e outros	6.308	4.371
Contraaprestação pecuniária (a)	-	11.898
	6.308	16.269
	(206)	(69)
	6.102	16.200

Idade de Vencimento dos Títulos

	2016	2015
Crédito a vencer	3.966	15.872
Créditos vencidos até 60 dias	1.943	118
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	193	210
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	190	59
Créditos vencidos há mais de 180 dias	16	10
	6.308	16.269

(a) Contraaprestação pecuniária - Reconhecida integralmente a valor justo na data da obtenção do direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente decorrente da implantação da infraestrutura da Fase II, conforme 5º Aditamento ao contrato de concessão. (b) A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PLCD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PLCD reflete o histórico de perda da Companhia. O quadro a seguir demonstra o direito de receber caixa do Poder Concedente:

	2015		2016	
	Saldo inicial	Recebimento	Ajuste a valor presente	Saldo final
Circulante				
Contraaprestação pecuniária	11.898	756	(13.569)	915
	2014		2015	

	2015		2016	
	Saldo inicial	Reversão	Recebimento	Ajuste a valor presente
Circulante				
Contraaprestação pecuniária	27.070	(558)	(29.844)	4.955
	27.070	(558)	(29.844)	4.955

8. Imposto de renda e contribuição social: Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	259.761	5.302
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(88.319)	(1.803)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	-	-
Juros sobre capital próprio	-	4.305
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(227)	(368)
Incentivo relativo ao imposto de renda	3.003	-
Outros ajustes tributários	(875)	(213)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(86.418)	1.921
Impostos correntes	(82.693)	(4.072)
Impostos diferidos	(3.725)	5.993
	(86.418)	1.921
	33%	-36%

Alíquota efetiva do imposto
8. Impostos diferidos: O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2016	2015
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	10.007	49.067
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	11.943	10.677
<i>Hedge accounting</i>	42.139	-
Perdas em operações com derivativos	19.516	-
Custo de transação na emissão de títulos	2.901	2.958
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.821	1.857
Provisão IPTU	50	254
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	191	223
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	70	23
Receita remuneração ativos	646	-
Outros	834	609
	90.118	65.668
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(73.494)	(71.545)
<i>Hedge accounting</i>	-	(57.728)
Ganho em operações com derivativos	-	(15.945)
Receita remuneração dos ativos - concessão	(335)	(3.388)
Variação cambial (c)	(43.418)	(9.388)
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro	(261)	(261)
Outros	(117.811)	(158.723)
	(27.701)	(93.053)
	(117.811)	(158.723)

Passivo diferido líquido
 (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário no montante de R\$ 10.007 decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício de 2017. (b) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação e amortização oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos da Lei nº 11.638/07. (c) A Companhia informa que as variações cambiais deste item referem-se às operações de derivativos, cujo tratamento fiscal é regido pelo artigo 32 da Lei nº 11.051/04, por esse motivo a realização fiscal desta variação cambial se dará quando da efetiva liquidação da operação de derivativos.
9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2016		Saldo	
	Serviços Prestados	Receitas	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores / contas a pagar
Controladora em conjunto				
OCR (a) (d)	3.875	-	3	305
Outras partes relacionadas				
CPC (b) (d)	3.122	-	17	275
Samm (c)	-	198	17	-
SPVias (d)	-	-	28	3
MSVia (d)	-	-	-	16
Total circulante, 31 de dezembro de 2016	6.997	198	65	599
Total, 31 de dezembro de 2016	6.997	198	65	599
Total circulante, 31 de dezembro de 2015	6.122	198	15	518
Total, 31 de dezembro de 2015	6.473	184	15	518

Despesas com profissionais chave da administração:

	2016	2015
Benefícios de curto prazo (a)	2.153	2.008
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	-	-
Provisão de PRR no ano a pagar no ano seguinte (Reversão) / Complemento de PRR pago no ano	1.042	1.063
Previdência privada	(131)	455
Seguro de vida	96	123
	6	7
	3.166	3.656

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2016	2015
Remuneração dos administradores (e)	1.184	1.275
(f) Representado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor comparabilidade. Na RGR realizada em 14 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.200, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela OCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Contrato de ocupação e uso dos espaços de utilização mediante remuneração, para fins de instalação, operação, manutenção e exploração da infraestrutura de telecomunicações, com prazo de vigência até o término da vigência do contrato de concessão, cujos pagamento ocorrem até o dia 5 do mês subsequente. O contrato é reajustado anualmente com base no IPC e IGP-M, sendo cada um na razão de 50%; (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e) Contempla valor total a pagar de remuneração fixa e variável atribuído aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.		

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2015				2016				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)
Móveis e utensílios	4.539	-	(38)	771	5.272	17.246	-	(200)	6.104
Máquinas e equipamentos	2.196	-	-	-	2.196	2.196	-	-	109
Veículos	2.010	-	-	-	2.010	2.196	-	-	(8)
Equipamentos operacionais	6.834	5.395	-						

continuação

15. Provisão para riscos civis, trabalhistas e previdenciários. A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias. A Administração constituiu provisão em montante considerável suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	2015		2016		Atualização monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição / Reversão	Reversão	Pagamentos		
Não circulante	18	493	(13)	27	525	-
Trabalhistas e previdenciários	-	-	-	-	-	-
2014	18	493	(13)	27	525	-

	2015		2016		Atualização monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição / Reversão	Reversão	Pagamentos		
Não circulante	53	40	(81)	(10)	16	18
Cíveis e administrativos	-	29	(29)	-	-	-
Trabalhistas e previdenciários	53	40	(81)	(10)	16	18
2014	53	40	(81)	(10)	16	18

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, na esfera trabalhista, no montante de R\$ 47 (em 2015 R\$ 1 na esfera cível e R\$ 24 na esfera trabalhista). A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua constituída.

	2016		2015	
	Saldo inicial	Constituição / Reversão	Reversão	Pagamentos
Não circulante	62	37	-	-
Cíveis e administrativos	320	297	-	-
Trabalhistas e previdenciários	382	334	-	-

16. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Companhia é composto de R\$ 149.607,142 ações nominativas, sem valor nominal, dos quais R\$ 9.222 ainda não foram integralizados, sendo 74.803,571 ações ordinárias e 74.803,571 ações preferenciais.

	2016		2015	
	Participação acionária	Quantidade de ações	Participação acionária	Quantidade de ações
CCR S.A.	60,00%	89.764	60,00%	89.764
Montgomery Participações S.A.	30,00%	44.882	30,00%	44.882
Mitsui & CO. LTD	10,00%	14.961	10,00%	14.961
2014	100,00%	149.607	100,00%	149.607

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e recomendado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2017. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

d. Dividendos: Em 14 de abril de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos adicionais à conta de reserva de retenção de lucros de 2015, no montante de R\$ 6.862, correspondente a R\$ 0,04586660936 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado a partir de 28 de abril de 2016. Em 24 de outubro de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 84.000, correspondente a R\$ 0,56147052124 por ação, pagos em 25 de outubro de 2016, à conta de parte dos lucros apurados no período de 01 de janeiro de 2016 a 30 de julho de 2016. **e. Juros sobre o capital próprio:** Em 20 de abril de 2016, foi efetuado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 12.664, correspondentes a R\$ 0,08464883175 por ação, relativos ao lucro do exercício de 2015, conforme ata Reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2015. **f. Lucro por ação:** A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	2016		2015	
	Numerador	Denominador	Numerador	Denominador
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	173.343	7.223	-	-
Média ponderada de ações (em milhares)	149.607	149.607	-	-

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

	2016	2015
Lucro (prejuízo) por ação ordinária e preferencial - básico e diluído em R\$	1.1587	0,0483

g. Ajuste de avaliação patrimonial: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado será transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.

	2016	2015
17. Receitas		
Receita tarifária	415.655	376.567
Receita de construção	558.710	31.902
Receitas acessórias	32.426	28.645
Receita da contraprestação pecuniária	9.249	15.779
Receita de remuneração dos ativos - concessão	915	4.955
Outras receitas	198	184
Receita bruta	1.017.153	458.032
Impostos sobre receitas	(12.113)	(10.231)
Impostos sobre receitas de construção	(182)	(414)
Abatimentos	(162)	(157)
Deduções das receitas brutas	(12.457)	(10,802)
Receita líquida	1.004.696	447.230

	2016	2015
18. Resultado Financeiro:		
Despesas financeiras		
Perda com operações de derivativos	(136.599)	(117.837)
Varição cambial sobre financiamentos	(91.397)	(347.369)
Varição cambial sobre derivativos	(20.090)	(7.023)
Juros sobre financiamentos e debêntures	(41.934)	(23.735)
Varição cambial fornecedores	(14.295)	(10.106)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(3.626)	(4.683)
IOF	(1.251)	(1.356)
Juros e multas	(852)	(2.550)
Capitalização de custos dos empréstimos	15.462	1.769
	(294.582)	(512.890)

	2016	2015
Receitas financeiras		
Varição cambial sobre financiamentos	204.963	85.468
Ganho com operações de derivativos	62.119	180.074
Rendimento sobre aplicações financeiras	22.616	14.424
Varição cambial fornecedores	21.212	3.748
Varição cambial sobre derivativos	9.098	28.259
Juros sobre impostos a recuperar	3.602	3.787
Juros e outras receitas financeiras	161	2.296
	323.819	318.056
	29.237	(194.834)

Resultado financeiro
(a) Os valores estão deduzidos do Pis e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 1.291 (R\$ 501 em 2015).

19. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)				Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado	
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/ (pagos)		Valores a pagar/ (pagos)		Efeito acumulado ganho/ (Perda)	
				2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OPÇÕES DE COMPRA																	
Posição ativa	Vários (2)	20/07/2009	15/08/2022 (3)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	135.532	174.121	441.712	679.908	368	787	-	-	368	787	-	(419)	(1.650)
NDF																	
Posição ativa	HSBC	30/06/2016	02/01/2017	USD	5.452	-	17.769	-	(757)	-	-	-	-	(757)	-	-	(757)
Posição passiva	Bradesco	30/09/2016	02/01/2017	USD	5.000	-	16.296	-	(404)	-	-	-	-	(404)	-	-	(404)
Posição ativa	Votorantim	30/06/2016	01/02/2017	USD	3.868	-	12.606	-	(569)	-	-	-	-	(569)	-	-	(569)
Posição passiva	Votorantim	25/02/2016	01/03/2017	USD	9.100	-	29.658	-	(9.277)	-	-	-	-	(9.277)	-	-	(9.277)
Posição ativa	HSBC	30/06/2016	03/04/2017	USD	3.518	-	11.466	-	(504)	-	-	-	-	(504)	-	-	(504)
Posição passiva	Bradesco	30/06/2016	01/06/2017	USD	1.438	-	4.687	-	(207)	-	-	-	-	(207)	-	-	(207)
Posição ativa	Bradesco	30/06/2016	03/07/2017	USD	1.361	-	4.436	-	(196)	-	-	-	-	(196)	-	-	(196)
Posição passiva	Bradesco	30/06/2016	01/08/2017	USD	5.040	-	16.426	-	(736)	-	-	-	-	(736)	-	-	(736)
Posição ativa	Bradesco	30/06/2016	01/09/2017	USD	5.451	-	17.765	-	(838)	-	-	-	-	(838)	-	-	(838)
Posição passiva	Bradesco	30/06/2016	02/10/2017	USD	7.046	-	22.964	-	(1.151)	-	-	-	-	(1.151)	-	-	(1.151)
Posição ativa	Bradesco	30/09/2016	02/11/2018	USD	3.500	-	11.407	-	(463)	-	-	-	-	(463)	-	-	(463)
Posição passiva	Bradesco	30/06/2016	02/01/2017	EUR	725	-	2.493	-	(258)	-	-	-	-	(258)	-	-	(258)
Posição ativa	Votorantim	30/06/2016	01/02/2017	EUR	1.106	-	3.803	-	(424)	-	-	-	-	(424)	-	-	(424)
Posição passiva	Merrill Lynch	25/02/2016	01/03/2017	EUR	10.000	-	34.384	-	(13.540)	-	-	-	-	(13.540)	-	-	(13.540)
Posição ativa	Bradesco	30/06/2016	01/06/2017	EUR	1.107	-	3.806	-	(438)	-	-	-	-	(438)	-	-	(438)
Posição passiva	Bradesco	30/06/2016	01/09/2017	EUR	1.494	-	5.137	-	(601)	-	-	-	-	(601)	-	-	(601)
Posição ativa	Bradesco	30/06/2016	01/11/2017	EUR	186	-	640	-	(76)	-	-	-	-	(76)	-	-	(76)
Posição passiva	Bradesco	30/06/2016	01/12/2017	EUR	743	-	2.555	-	(307)	-	-	-	-	(307)	-	-	(307)
Posição ativa	Bradesco	30/06/2016	02/01/2018	EUR	1.674	-	5.756	-	(720)	-	-	-	-	(720)	-	-	(720)
SWAP																	
Posição ativa	Bradesco	13/08/2015	15/08/2017 (4)	USD	22.200	22.200	72.352	86.687	71.329	80.986	-	-	4.171	(17.067)	-	(21.238)	4.171
Posição passiva	Votorantim	13/02/2015	14/02/2017 (4)	USD	22.600	22.600	73.656	88.248	73.384	87.065	-	-	22.499	(3.459)	-	(25.958)	22.499
Posição ativa	Merrill Lynch	12/02/2016	15/02/2018	USD	21.395	-	69.728	-	68.186	-	-	-	-	(22.409)	-	-	(22.409)
Posição passiva	Merrill Lynch	11/08/2016	14/08/2016	USD	21.600	-	70.397	-	67.529	-	-	-	-	(806)	-	-	(806)
Posição passiva				80,99% do CDI	-	-	-	-	(68.335)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2016																	
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO FINDO EM 2016 E 2015																	
TOTAL DAS OPERAÇÕES																	

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente. (2) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., WestLB AG New York Branch, Espírito Santo Investment P.L.C., Société Générale/Paris. (3) As opções de compra foram divididas em 54 tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com vencimentos semestrais entre agosto de 2009 e fevereiro de 2023. (4) Os contratos possuem vencimentos intermediários de janeiro a novembro de 2016, fevereiro e agosto de 2017 e fevereiro de 2023. **Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção:**

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Divida em USD - BID	Fevereiro de 2023	511.338	Aumento da cotação do USD	-	(127.823)	(255.645)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2017	(72.352)	Diminuição da cotação do USD	36.176	18.088	36.176
SWAP USD x CDI (Ponta passiva)	Fevereiro de 2017	(70.120)	Diminuição da cotação do USD	-	17.530	35.600
SWAP USD x CDI (Ponta passiva)	Fevereiro de 2018	(73.656)	Diminuição da cotação do USD	-	18.414	36.828
SWAP USD x CDI (Ponta passiva)	Agosto de 2018	(70.397)	Diminuição da cotação do USD	-	17.599	35.198
Compromissos em USD	Janeiro de 2018	131.412	Aumento da cotação do USD	-	(12.949)	(45.802)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Janeiro de 2018	(131.412)	Diminuição da cotação do USD	-	12.949	45.802
Compromissos em Euro	Janeiro de 2018	56.081	Aumento da cotação do Euro	-	(4.117)	(9.903)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Janeiro de 2018	(56.081)	Diminuição da cotação do Euro	-	(4.117)	(9.903)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(56.192)	(112.383)

Moedas em 30/12/2016:

	Dólar	Euro
3,2591	4,0739	4,8887
3,4384	4,2980	5,1576

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Composição do Conselho de Administração			Composição da Diretoria			Contador		
Ítalo Roppa - Conselheiro	Renato Alves Vale - Conselheiro	Arthur Plotto Filho - Conselheiro	Irineu Berardi Me					